

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Risco Brasil	2
Título: Déficit fiscal em risco	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Produção do pré-sal supera a do pós-sal pela 1ª vez	5
Título: Nota.....	6
Título: “Participação do governo destrói valor da companhia”	6
Título: TPG faz oferta de R\$ 400 milhões por ativos da Abengoa.....	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Alta menor de tributo não garante competitividade do álcool	8
Título: Com aumento de impostos, gasolina tem alta recorde no país, diz ANP.....	9
Título: Produção de petróleo no pré-sal ultrapassa a do pós-sal, diz ANP	10
Título: Imposto de combustíveis fará preço subir até 5% nas gôndolas.....	11
Título: Combustíveis e Energia	12
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Atraso na licença ambiental pode afetar resultado de leilão da ANP	12
Título: Produção de petróleo cresce 4,5%	15
Título: Após aumento de impostos, gasolina tem alta recorde nos postos.....	16
Título: Consumo de energia elétrica no país aumenta 1,1% em junho	17
Título: TPG oferece R\$ 1,8 bi por ativos da Abengoa.....	18
Título: Aneel considera aumento de outorga de usinas da Cemig	20
Título: Minério tem alta de 13,5% em julho	21
Título: Etanol tende a ganhar competitividade nos postos	23
Título: Oferta de debêntures da Petrobras contará com R\$ 4 bi em garantia firme	24
Título: Destaques	24

VEÍCULO: O Globo**Seção: Página 2 / Poder em jogo****Autor: Lydia Medeiros****Título: Risco Brasil**

A briga do governo com a Cemig criou um ambiente de insegurança jurídica no país. O governo confia na realização do leilão das usinas da empresa para fechar as contas. O contrato de concessão das usinas Jaguará, São Simão e Miranda, firmado em 1997, porém, garantia à Cemig o direito de estender, por até 20 anos, a exploração das usinas. O prazo foi um atrativo ao capital externo. Mas na hora da renovação, o governo optou pela venda. O leilão estava marcado para setembro e foi suspenso pela Aneel. O caso foi parar no STF. A Segunda Turma da corte dará a palavra final.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Geralda Doca, Bárbara Nascimento e Manoel Ventura****Título: Déficit fiscal em risco**

União quer destravar leilões para aumentar receita. Meirelles, porém, já admite rever meta.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu ontem, pela primeira vez, que o governo analisa a possibilidade de aumentar a meta de déficit primário para este ano, de R\$ 139 bilhões. Porém, para evitar que o rombo fiscal não seja cumprido, o ministro determinou à equipe econômica que derrube todos os obstáculos jurídicos e burocráticos para a obtenção de receitas suficientes para o fechamento das contas. Meirelles mandou antecipar a licitação do balcão de seguros da Caixa Seguridade, o que poderá render, no mínimo, R\$ 5 bilhões para os cofres públicos.

Também conta com recursos das concessões nas áreas de energia, petróleo e gás, previstas para setembro e outubro; da Lotex; das outorgas do aeroporto do Galeão; e da oferta pública de ações do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). Tudo isso poderia garantir, pelo menos, R\$ 49 bilhões. — Em relação à questão da meta fiscal, estamos analisando o assunto. No momento, a meta anunciada será seguida. Mas, de novo, estamos monitorando todos os fatores da economia, a evolução da arrecadação — afirmou Meirelles, acrescentando que houve grande queda no recebimento de tributos. O ministro disse acreditar na melhora da arrecadação com impostos e contribuições federais. Contudo, destacou que é preciso fazer o que for melhor para garantir a transparência e a confiança na economia brasileira.

AUMENTO DE IMPOSTOS

Além do Galeão e das privatizações, o ministro mencionou, como receitas com as quais o governo conta, precatórios no valor de R\$ 2 bilhões, provenientes de ações ganhas por cidadãos que não retiraram o dinheiro na Caixa. Ele ainda garantiu que não está estudando uma nova alta de impostos no momento: — Em relação à questão de outros impostos, não temos planos no momento, como tenho dito desde agosto do ano passado. Em agosto, disse que não planejava aumento de imposto para 2016, mas que, caso necessário, faríamos. E a mesma coisa é válida no momento. É algo que não é uma solução preferencial. Isso acontece apenas em situações em que é absolutamente necessário. Embora auxiliares diretos do presidente Michel Temer reclamem do arrocho orçamentário e considerem a meta “ousada”, foi decidido que só Meirelles tem autorização para tratar publicamente do assunto.

De cima para baixo, a missão dada aos técnicos responsáveis pelos leilões é fazer de tudo para que os certames tenham êxito, evitando-se assim uma “tragédia” para as contas públicas, que seria a revisão obrigatória da meta, sobretudo no caso do leilão das hidrelétricas hoje nas mãos da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) — São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande. O secretário de Projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Tarcísio Gomes de Freitas, assegurou ao GLOBO que o edital do leilão das quatro usinas da Cemig estará na praça no dia 9 de agosto, ou seja, quarta-feira da semana que vem, e que o certame ocorrerá entre o fim de setembro e início de outubro. Segundo ele, a determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), de exigir novos cálculos referentes à taxa de retorno, não significa prejuízos para a realização do leilão, porque o processo não terá de passar novamente pelo crivo do tribunal.

— Estamos confiantes de que vamos ter êxito. A Cemig não tem dinheiro para entrar na disputa e está fazendo de tudo para não perder parte do seu parque gerador, mas a Advocacia-Geral da União (AGU) está mobilizada para derrubar todas as decisões judiciais contrárias ao leilão — destacou Freitas. Mesmo com a indefinição judicial sobre as quatro hidrelétricas atualmente operadas pela estatal mineira — o que pode atrapalhar na formação dos preços das usinas — o governo já recebeu sondagens de três grupos econômicos interessados nos leilões. A própria empresa tem negociado com o fundo de pensão canadense Ontario Teachers’ Pension Plan uma possível parceria para disputar o leilão.

A Cemig tem interesse em manter as usinas, que representam metade de sua capacidade de geração, mesmo após a estatal anunciar a venda de uma série de ativos para reduzir dívidas. Em outra frente, dois grupos chineses também já demonstraram interesse em participar da licitação: a estatal CTG e a ZEPIC. A estatal mineira tem buscado todos os meios de suspender ou cancelar o leilão. A empresa alega que os contratos das usinas que serão relicitadas possuíam

cláusulas que garantiam uma renovação automática da concessão por 20 anos. Os movimentos da Cemig para manter as hidrelétricas chegaram a incluir a busca de apoio junto a políticos mineiros e reuniões no Supremo Tribunal Federal (STF). A empresa pediu ao Supremo para suspender a licitação, alegando que tem direito de preferência para renovar os contratos. A companhia também apresentou proposta para tentar um acordo com a União. O governo, no entanto, resiste a qualquer possibilidade de negociação, diante do quadro fiscal.

PRORROGAÇÃO DO REPETRO

Além do leilão das elétricas, outra grande expectativa de arrecadação está nos certames de petróleo e gás, previstos para setembro e outubro. Segundo Freitas, deve ser publicada, em breve, a medida provisória (MP) que prorroga o Repetro (programa especial de tributação para importação de equipamentos destinados à produção de petróleo), que será fundamental para aumentar a concorrência no leilão. O técnico lembrou também que o governo já avançou em outros pontos, como a flexibilização da exigência de conteúdo local e a não obrigatoriedade de a Petrobras entrar como sócia. No Congresso, a estratégia agora é batalhar para manter o texto original da medida provisória que acabou com a desoneração da folha de pagamento de vários setores. Em vigor desde julho, a MP vai permitir uma receita de R\$ 2 bilhões este ano.

A proposta foi mudada na comissão especial que tratou do tema, e uma das consequências foi a prorrogação da vigência da MP para janeiro do ano que vem. Além disso, para garantir uma receita de R\$ 13,3 bilhões, a orientação da equipe econômica é deixar caducar a MP que criou o Programa Especial de Regularização Tributária (Refis). A medida dá prazo até 31 de agosto para que os contribuintes acertem suas contas com o Fisco. Se não for votada em setembro, ela perderá a validade, mas já terá surtido efeito nos cofres públicos. O governo tem até o dia 31 de agosto para enviar a proposta orçamentária para 2018. A equipe econômica quer aproveitar esse prazo para tomar uma decisão sobre a meta deste ano e do próximo, esta última fixada em um rombo de R\$ 129 bilhões, explicou uma fonte. Até lá, deverá também tomar medidas para reduzir gastos, como, por exemplo, a suspensão ou mesmo o cancelamento dos reajustes a várias categorias do serviço público, programados para janeiro de 2018.

Opinião : Sem Controle

PROVERBIAL o descuido no gasto do dinheiro do contribuinte, avenida aberta a desvios de toda ordem. Quanto maior a cifra das despesas, mais chances há de desvios.

TÊM SIDO feitas auditorias em bilionários desembolsos do INSS, com resultados assustadores. Por exemplo, em 125 mil perícias auditadas, 80% dos benefícios

foram cortados. Apenas em auxílios-doença e aposentadorias por invalidez, economizaram-se R\$ 4,5 bilhões.

TEM-SE uma ideia da falta de controle no sistema previdenciário. E em outros.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mariana Durão

Título: Produção do pré-sal supera a do pós-sal pela 1ª vez

Resultado é reflexo dos altos investimentos destinados a essas áreas, descobertas em 2006, e do aumento de produtividade nos últimos anos.

Pouco mais de oito anos após a extração do primeiro óleo do pré-sal, em setembro de 2008, o volume produzido em seus campos superou pela primeira vez os de poços do pós-sal. A performance reflete o aumento de produtividade nessas áreas e os elevados investimentos destinados a elas nos últimos anos, segundo especialistas. Dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostram que em junho a produção no pré-sal atingiu 1,353 milhão de barris de petróleo por dia, acima dos 1,322 milhão de barris registrados pelas unidades da camada pós-sal.

Descoberta em 2006, a chamada camada pré-sal é uma extensa área do litoral brasileiro que guarda reservas gigantes de petróleo no fundo do mar, abaixo de rochas de sal. Os reservatórios estão espalhados do litoral de Santa Catarina ao do Espírito Santo. Os números divulgados pela ANP ressaltam o potencial da produção em águas ultraprofundas do pré-sal: em junho ela se concentrou em 77 poços, pouco mais de 10% do total de poços produtores marítimos nacionais. Atualmente, o País tem 8.220 poços em atividade, sendo 744 marítimos e 7.476 terrestres. "Em média, a produtividade de um poço do pré-sal é dez vezes maior que a de um poço localizado no pós-sal", diz o professor Edmar de Almeida, do Grupo de Economia da Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ao mesmo tempo, destaca o especialista, os campos offshore do pós-sal atingiram a maturidade. O petróleo dessas áreas vem principalmente da Bacia de Campos, que alcançou o pico de produção em 2009 e hoje está em declínio. O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, lembra que a elevada produtividade dessas áreas e as limitações financeiras levaram a Petrobrás a concentrar seus recursos no desenvolvimento do pré-sal, deixando as águas rasas em segundo plano. Apesar disso, ele questiona se o ritmo de crescimento da produção da estatal em águas ultraprofundas será suficiente para cobrir a queda da produção no pós-sal. Nesse caso, a meta de atingir uma produção de 2,7 milhões de barris por dia em 2020 pode se frustrar. Total.

A produção total de petróleo no Brasil em junho foi de 2,675 milhões de barris por dia, o que representou um crescimento de 0,8% na comparação com o mês de maio. Em relação ao mesmo mês de 2016 houve alta de 4,5%. Levando-se em conta também a produção de gás natural, o País gerou aproximadamente 3,37 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d). Desse montante, 49,6% foram oriundos de campos do pré-sal. De acordo com a ANP, o campo de Lula, ex-Tupi, na Bacia de Santos, é hoje o maior produtor de petróleo e gás no Brasil. Em junho a área registrou produção média de 763 mil barris de petróleo por dia e 33,6 milhões de metros cúbicos diários de gás natural. Os dados da ANP mostram que os campos operados pela Petrobrás produziram 94,1% do petróleo e gás natural de junho. No ranking de concessionários do setor, a estatal liderou com produção de 2,074 milhões de barris de petróleo por dia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Coluna do Broadcast

Autor: Dayanne Sousa, Altamiro Silva Júnior e Luciana Collet

Título: Nota

» **Bons ventos.** A geração de energia eólica no Nordeste bateu recorde no sábado, 29, quando foram produzidos 5.746 MW médios dessa fonte, atendendo 63% da carga da região. Às 10h57 daquele dia, a produção desses parques eólicos foi ainda mais intensa e chegou a responder por 69% da carga. A produção de energia a partir dos ventos vem garantindo o abastecimento no Nordeste, que enfrenta uma longa seca, com reflexos na redução da geração hidrelétrica.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor:

Título: “Participação do governo destrói valor da companhia”

A participação estatal no controle da Vale eleva a influência do governo na gestão da mineradora e tem “potencial terrível de destruição de valor”. A afirmação foi do presidente da mineradora, Fabio Schvartsman, à Empiricus Research. O argumento foi usado para defender o processo de conversão de ações da Vale, que vai reduzir o poder dos maiores acionistas da mineradora. “Vimos diversos exemplos infelizes no Brasil que (a presença estatal) tem um potencial terrível de destruição de valor. Se nós promovermos essa conversão maciçamente, o que vai acontecer é que vamos diluir o atual grupo de controle, reduzindo de maneira dramática a influência de governo”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Mônica Scaramuzzo e Renée Pereira****Título: TPG faz oferta de R\$ 400 milhões por ativos da Abengoa**

O grupo espanhol entrou em recuperação judicial no Brasil em janeiro de 2016, paralisando projetos como a linha de transmissão que levaria energia de Belo Monte ao Nordeste.

O fundo americano Texas Pacific Group (TPG) fez uma oferta de R\$ 400 milhões para ficar com os ativos da empresa de energia Abengoa, que está em recuperação judicial. O Estado apurou que a proposta inclui apenas as linhas de transmissão da companhia espanhola que estão em operação no Brasil. Os projetos “greenfield” (que ainda não saíram do papel) não foram incluídos.

A operação envolve o fundo de infraestrutura da TPG, que captou recursos de investidores da Ásia, e que tem a assessoria do banco brasileiro Modal, segundo fontes a par do assunto. Procurada, o TPG não retornou os pedidos de entrevista. O banco Modal não se manifestou sobre o assunto.

Como está em recuperação judicial, a proposta será levada para aprovação em assembleia dos credores, que será realizada nos próximos dias.

Os ativos de energia da Abengoa têm atraído nos últimos meses importantes investidores estrangeiros e nacionais. A gigante chinesa State Grid, que no ano passado comprou a CPFL, chegou a olhar o negócio, mas as conversas não foram adiante. A gestora canadense Brookfield e a Equatorial, em parceria com o BTG, também avaliaram os ativos.

Crise. O grupo espanhol, que atua no setor elétrico, entrou em recuperação judicial no Brasil em janeiro do ano passado, dois meses depois de a matriz fazer o pedido na Justiça europeia. Por aqui, a medida paralisou vários projetos, entre eles a linha de transmissão que levaria energia da Hidrelétrica Belo Monte ao Nordeste.

O interesse do TPG é apenas pelos ativos em operação. Os empreendimentos que ainda estão no papel devem ser retomados pelo governo federal para uma nova licitação. Na semana passada, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) recomendou ao Ministério de Minas e Energia que declare a caducidade de nove concessões da espanhola, que paralisou 6 mil quilômetros de obras, com investimentos estimados em R\$ 7 bilhões.

A decisão da agência foi tomada um dia depois de cair uma liminar que impedia o processo de caducidade das concessões.

Alguns investidores chegaram a olhar os projetos, mas como o atraso na entrega das obras é muito grande, seria necessário um acordo com a agência reguladora para evitar possíveis punições. As negociações não foram adiante.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Por Mauro Zafalon

Título: Alta menor de tributo não garante competitividade do álcool

O recuo do governo na tributação do etanol, reduzindo parte da alíquota que havia definido para o PIS/Cofins, torna os preços desse combustível mais competitivos do que os da gasolina no mercado interno.

A alíquota para o etanol hidratado recuou para R\$ 0,24 por litro na semana passada, ante R\$ 0,32 determinado pelo governo na semana imediatamente anterior.

Esse recuo de R\$ 0,08 no imposto eleva a competitividade do combustível, mas ela vai depender do mercado.

Na semana passada, em apenas dois Estados o álcool era mais competitivo do que a gasolina: São Paulo e Mato Grosso.

Em outros três —Minas Gerais, Goiás e Paraná—, os preços estavam próximos aos da competitividade, tomando como base os dados de pesquisa da ANP (associação do governo que regula o setor).

No final de julho, apenas 9% da frota nacional estava localizada em áreas em que o etanol era mais competitivo do que a gasolina. No mesmo período do ano passado, 35% da frota se encontrava nessa mesma situação.

Nas 15 principais cidades de São Paulo, Estado líder em produção de etanol, o derivado da cana tem vantagens sobre o derivado de petróleo. Em Ribeirão Preto (SP), por exemplo, o etanol vale 64% do custo da gasolina. Pesquisas indicam que, quando essa paridade é inferior a 70%, o etanol é mais competitivo para o consumidor do que a gasolina.

As vendas de etanol, em queda neste ano, vão depender do comportamento do mercado. Se o produtor incorporar mais preço em seu produto ou se a distribuição resolver incorporar mais margens, o etanol não ganhará competitividade em relação à gasolina, e o consumo se manterá reduzido.

De 23 a 29 de julho, após o período do aumento das alíquotas do PIS/Cofins, a margem bruta da gasolina subiu para R\$ 0,63 por litro na revenda. Era de R\$ 0,46 no período 16 a 22 de julho.

No caso do etanol hidratado, a margem subiu para R\$ 0,46, acima do R\$ 0,32 da semana anterior. Os valores têm como base as informações semanais da ANP.

*

Aumento do diesel castiga na produção e no frete

O aumento da alíquota de R\$ 0,21 de PIS/Cofins no diesel vai trazer um impacto de R\$ 285 milhões sobre o agronegócio de Mato Grosso na safra 2017/18.

A alta pesa não só porteira adentro —na produção de grãos, pecuária, aves e suínos— mas também porteira afora, devido aos custos do frete, afirma Daniel Latorraca, superintendente do Imea (Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária).

O aumento do diesel castiga o produtor duas vezes: no custo de produção e na queda dos valores do produto. Os fretes aumentam, e as tradings descontam essa alta no preço pago aos produtores.

Outro gargalo para o produtor é o valor do capital que está sendo destinado ao diesel. "Além da área maior, o produtor aumentou a movimentação das máquinas, tanto no plantio como nas pulverizações", afirma ele.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA

Título: Com aumento de impostos, gasolina tem alta recorde no país, diz ANP

Com o repasse do aumento de impostos sobre os combustíveis, a gasolina teve na semana passada a maior alta desde que a ANP (Agência Nacional do Petróleo) passou a fazer o levantamento semanal de preços, em 2004. Segundo a ANP, a gasolina subiu, em média no país, 8,22%. O maior aumento verificado pela pesquisa semanal da agência havia sido de 7,85%, na semana encerrada em 17 de setembro de 2005.

Naquela ocasião, os postos repassavam reajuste de 10% promovido pela Petrobras no valor de venda do combustível em suas refinarias. Agora, o vilão foi o aumento das alíquotas de PIS/Cofins anunciado pelo governo no dia 20 para reforçar o caixa.

O litro da gasolina terminou a semana vendido a R\$ 3,749 nos postos brasileiros. O aumento com relação à semana anterior foi de R\$ 0,285, ainda abaixo da alíquota extra de R\$ 0,41 estabelecida pelo governo.

O presidente do Sincopetro (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de São Paulo), José Alberto Paiva Gouveia, acredita, porém, que não haverá novo aumento significativo nesta semana.

"O mercado está muito competitivo e alguns revendedores podem ter optado por segurar um pouco o repasse."

Em São Paulo, a alta da gasolina foi maior do que a média nacional, de 8,62% (ou R\$ 0,279 por litro), para R\$ 3,513.

De acordo com a pesquisa da ANP, os preços do etanol hidratado e do óleo diesel também tiveram alta expressiva, de 8,86% e 5,05%, respectivamente.

No caso do etanol, foi a segunda maior da série histórica da pesquisa de preços da agência, menor apenas do que os 8,98% verificados na semana encerrada em 10 de outubro de 2015.

Para o diesel, foi a quarta maior alta semanal. A maior delas, de 10,24%, foi registrada na semana de 17 de setembro de 2015, também em decorrência de reajuste promovido pela Petrobras.

Na média nacional, o etanol foi vendido na semana passada a R\$ 2,592 por litro, R\$ 0,211 acima da anterior. Já o diesel custou R\$ 3,056 por litro, alta de R\$ 0,147.

Nesses casos, o aumento de impostos anunciado foi de R\$ 0,32 e R\$ 0,21, respectivamente. Na semana passada, o governo recuou e baixou a alíquota extra do etanol para R\$ 0,24, para se adequar a legislação que impõe limites à tributação sobre o combustível.

PETROBRAS

Nesta segunda, a Petrobras anunciou reajuste nos preços da gasolina e do diesel, em 0,8% e 1,7%, respectivamente, a partir desta terça (1º). É o quinto aumento consecutivo no preço da gasolina desde 26 de julho. O combustível acumulou uma alta de 7,1% no período.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA

Título: Produção de petróleo no pré-sal ultrapassa a do pós-sal, diz ANP

A produção de petróleo no pré-sal ultrapassou, pela primeira vez, o volume extraído em campos do pós-sal no país, informou a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

De acordo com boletim divulgado nesta segunda (31) pela agência, os campos do pré-sal produziram em junho uma média de 1,352 milhão de barris de petróleo por dia, acima dos 1,321 milhão de barris produzidos em poços no pós-sal.

São considerados pré-sal os poços que extraem petróleo e gás de reservatórios localizados abaixo de uma extensa camada de sal no subsolo marinho, que se estende do litoral de Santa Catarina ao Espírito Santo.

A existência de reservas abaixo desta camada foi confirmada em 2006. No ano seguinte, a Petrobras e seus sócios confirmaram o grande potencial da área de Tupi, com reservas estimadas na época em cinco a oito bilhões de barris.

Rebatizado de Lula, o campo é hoje o maior produtor do país, com a média de 763 mil barris de petróleo por dia em junho, de acordo com a ANP.

Sua descoberta deu início ao processo de mudança na lei para garantir exclusividade da estatal na operação das reservas gigantes do pré-sal, aprovada

durante o último governo Lula em 2010 e revista em 2016 após a posse do presidente Michel Temer.

Em junho, segundo a ANP, 77 dos 8.220 poços produtores no Brasil extraíram de reservatórios abaixo da camada de sal.

Ao todo, a produção nacional de petróleo somou 2,675 milhões de barris por dia em junho, crescimento de 0,8% em relação a maio e de 4,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Somando o gás, a produção nacional foi de 3,374 milhões de barris de óleo equivalente. A produção de gás natural foi de 111 milhões de metros cúbicos por dia, dos quais 53 milhões foram extraídos de poços no pré-sal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Imposto de combustíveis fará preço subir até 5% nas gôndolas

Os preços nas gôndolas dos supermercados do Estado de São Paulo deverão subir de 2% a 5% em consequência da alta dos combustíveis desencadeada pelas novas taxas de PIS e Cofins sobre gasolina, diesel e etanol.

A projeção é da Apas, a associação do segmento.

O impacto maior vai acontecer nos bens perecíveis, como frutas e legumes, que não podem ser estocados e, portanto, precisam ser transportados em pequenas quantidades e frequentemente.

Esses itens representam cerca de 8% das vendas supermercadistas, e, por isso, o impacto final na conta não deve ultrapassar 5%, segundo Rodrigo Mariano, economista da associação.

A alta será repassada. "As margens do setor são baixas, e qualquer alta de custo reflete em aumento de preço".

As alíquotas devem influenciar os preços que são indexados ao índice de inflação, afirma Luis Fernando Castelli, economista da GO Associados. A gasolina, por exemplo, representa 3,5% do IPCA, segundo ele.

"Os insumos que se usam no começo das cadeias, como combustível e energia elétrica, têm impactos indiretos mais altos nos índices."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: MAELI PRADO****Título: Combustíveis e Energia**

O comitê afirmou ainda que a elevação do PIS/Cofins sobre combustíveis e a cobrança de taxa extra de energia não terão impacto sobre a política monetária.

A avaliação do comitê é que o aumento de imposto sobre gasolina, diesel e etanol terá impacto de 0,45 ponto percentual na inflação entre os meses de julho e agosto, com maior concentração em agosto.

No caso da tarifa extra de energia em agosto, a estimativa é de impacto de 0,15 ponto percentual. "Todos concluíram que essas oscilações pontuais - em particular dos reajustes de preços de combustíveis e de energia elétrica, que têm sido mais voláteis - não têm implicação relevante para a condução da política monetária".

A perspectiva dos analistas do boletim Focus para a inflação deste ano é de 3,4%, abaixo do centro da meta, de 4,5%. A projeção dos analistas para o IPCA de 2018 também está abaixo do centro da meta, em 4,2%.

O Copom voltou a abordar o aumento das incertezas políticas e seus impactos sobre a inflação. "[Os membros do comitê] concluíram que a informação disponível sugere impactos limitados até o momento, tanto pelos canais inflacionários quanto pelos desinflacionários".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito****Título: Atraso na licença ambiental pode afetar resultado de leilão da ANP**

Com os principais itens da agenda do setor petrolífero atendidos - entre eles o fim da obrigatoriedade da Petrobras como operadora no pré-sal, a flexibilização das exigências de conteúdo local e a sinalização pelo governo de extensão do regime aduaneiro especial Repetro - a maior preocupação das companhias do segmento recai agora sobre o licenciamento ambiental.

Na opinião de especialistas, o risco ambiental pode afetar o resultado da 14ª rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), marcada para 27 de setembro, no momento em que o governo busca atrair novos investidores para retomar o crescimento econômico do país.

Até hoje, nenhum dos blocos licitados desde a 11ª rodada, em 2013 - a primeira após cinco anos sem a realização de leilões no país - obteve aval dos órgãos ambientais para iniciar os trabalhos exploratórios. Um desses casos é o da petroleira francesa Total, que encontra dificuldades para receber licença para iniciar a perfuração na foz do rio Amazonas, região considerada sensível devido à proximidade a um recife de coral, apesar de os blocos terem sido oferecidos pela ANP na 11ª rodada.

Com a extensão do prazo de exploração concedida pela ANP, a Total previa investir US\$ 300 milhões na região neste ano. A companhia, contudo, ainda não recebeu aval do órgão ambiental para iniciar as atividades.

Assim como a Total, a BG Energy Holdings, que pertence à Shell, até hoje não obteve a licença do Ibama para as atividades de perfuração na bacia de Barreirinhas, na margem equatorial. A região foi classificada como promissora pela ANP no leilão de 2013, devido às características semelhantes à descoberta de Jubileu, na margem equatorial de Gana, no oeste africano, com potencial de até 500 milhões de barris de reservas. Na ocasião, a BG desembolsou R\$ 525 milhões em bônus de assinatura para obter a concessão dos nove blocos.

O exemplo da Total remete ainda a um caso ocorrido com a americana Newfield. Em 2002, a empresa ganhou a concessão do bloco BM-ES-20, na Bacia do Espírito Santo. A companhia, porém, não conseguiu explorar a área, por falta de licença. A alegação do Ibama era que o bloco estava localizado em área de alta sensibilidade, próxima ao arquipélago de Abrolhos. Quatro anos depois, a Newfield devolveu o bloco e deixou o país.

A queda da atividade de exploração no Brasil levou a um cenário difícil, como mostrou o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, em recente apresentação. Segundo ele, o número de sondas operando no país caiu de mais de 80, em junho de 2012, para apenas 16 este ano. E o número de poços exploratórios concluídos passou de 238, em 2011, para apenas 6 este ano.

Para efeito de comparação, de acordo com o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), o México, que abriu o seu mercado petrolífero em 2014 e realizou o primeiro leilão em 2015, está celebrando neste ano descobertas de 1 bilhão de barris em dois blocos.

"A indefinição e a falta de prazo [do licenciamento] são um fator de risco que vai afetar as decisões de investimentos", diz o secretário-executivo do IBP, Antonio Guimarães. Ele, porém, enxerga risco menor no próximo leilão, em relação às últimas rodadas, porque nos leilões anteriores foram ofertadas áreas em regiões pouco exploradas - classificadas como de "nova fronteira". Já para a

14ª rodada, a maioria dos blocos ofertados está localizada em áreas já conhecidas.

Claudia Rabello, sócia da consultoria OGE e ex-superintendente de promoção de licitações da ANP, também considera a questão ambiental fator de risco para a 14ª rodada. "Enxergo a dificuldade na obtenção de licenças ambientais o maior gargalo para a atratividade da 14ª rodada", diz. Segundo ela, em termos regulatórios houve avanços para o leilão de setembro.

Guimarães, que se reuniu na semana passada com a presidente do Ibama, Suely Guimarães de Araújo, para tratar do assunto, diz que uma alternativa para o futuro é aproveitar que o governo já aprovou um calendário de leilões até 2019 - com três rodadas por ano, sinalizando as regiões que serão contempladas nas licitações - para que ANP e Ibama discutam previamente sobre essas áreas, eliminando os riscos.

Outra oportunidade, diz ele, é o uso de recursos recolhidos pela ANP, fruto dos leilões e outras atividades, para capacitar órgãos ambientais, principalmente para a demanda crescente de licenciamentos. "Temos os recursos. Temos tempo de fazer o planejamento, para que não venhamos a incorrer em problemas futuros, lembrando que existe uma parte desses recursos que deveriam ser destinados ao Ministério do Meio Ambiente e que hoje estão contingenciados".

Renato Kloss, sócio do setor regulatório e de infraestrutura do Siqueira Castro Advogados, destaca a aproximação recente entre ANP e Ibama, mas entende que o diálogo entre as instituições ainda não tem sido suficiente para resolver o problema. Lembra que entre as áreas previamente propostas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para a 15ª rodada, em 2018, estão blocos fronteiros às áreas arrematadas pela Total na foz do Amazonas, na 11ª rodada.

Para Ludmilla Corkey, do setor de energia do Rolim de Mello Sociedade de Advogados, o problema ambiental é recorrente. "Se existe um momento importante para se resolver isso é agora, para trazer investimentos ao país", diz.

Se todos os 287 blocos oferecidos na 14ª rodada forem arrematados pelo valor mínimo de bônus de assinatura previsto para cada área no edital da concorrência, o total de arrecadação pelo governo será de R\$ 1,7 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito****Título: Produção de petróleo cresce 4,5%**

A produção de petróleo no Brasil em junho totalizou 2,675 milhões de barris diários, 0,8% superior ao registrado em ante maio. Com relação a junho do ano passado, o crescimento da produção foi de 4,5%. Considerando apenas a camada pré-sal, a produção de petróleo em junho totalizou 1,353 milhões de barris diários, superando pela primeira vez a do pós-sal, que somou 1,322 milhões de barris diários.

No primeiro semestre de 2017, a produção média de petróleo no Brasil alcançou 2,63 milhões de barris diários, ligeiramente inferior (0,3%) ao verificada no segundo semestre de 2016. Com relação a igual período do ano passado, a produção média de petróleo no país cresceu 10,45%. Os dados fazem parte do boletim mensal de produção de petróleo e gás natural, divulgado ontem pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

De acordo com a agência, a produção de gás natural no país em junho foi de 111 milhões de metros cúbicos diários, com alta de 6,1% ante maio e de 7,4% na comparação com igual período de 2016. Do total de gás produzido em junho deste ano, 4,5 milhões de metros cúbicos diários foram queimados nas plataformas. O volume é 21,6% maior em relação a maio e 27,7% superior ante junho de 2016.

O crescimento deveu-se ao início dos testes para operação da plataforma P-66, no campo de Lula, no pré-sal da Bacia de Santos. O campo de Lula foi o maior produtor de petróleo e gás do Brasil. Em média, o campo produziu 763 mil barris diários de petróleo e 33,6 milhões de metros cúbicos diários de gás natural em junho.

Com relação ao pré-sal, a produção de petróleo e gás, oriunda de 77 poços, alcançou 1,686 milhão de barris de óleo equivalente (boe) diários, com crescimento de 6,4% ante maio. Considerando os volumes de óleo e gás, a produção no pré-sal correspondeu a aproximadamente 49,6% da produção de petróleo e gás brasileiro em junho.

Da produção total de petróleo do país, 95,3% foi obtida em campos marítimos. Eles também foram responsáveis por 80,8% da produção de gás natural. Entre as concessionárias, do total de petróleo produzido em junho no país, 2,704 milhões de barris diários (77,5%) pertencem à Petrobras. A anglo-holandesa Shell está em segundo lugar com 315 mil barris diários (11,8% do total).

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: André Ramalho****Título: Após aumento de impostos, gasolina tem alta recorde nos postos**

Na primeira semana após a elevação das alíquotas de PIS/Cofins sobre os combustíveis, os preços da gasolina para o consumidor final registraram, nas bombas, a maior variação semanal desde o início da série histórica da Agência Nacional de Petróleo (ANP), em 2004. Entre os dias 23 e 29 de julho, o litro do derivado foi vendido, em média, a R\$ 3,749, o que representa uma alta de 8,22% ante o período anterior (16-22 de julho).

A última semana foi a primeira desde o início da vigência do aumento da carga tributária sobre os combustíveis. O aumento dos impostos chegou a ficar suspenso entre os dias 25 e 26, por efeito de uma liminar concedida pela 20ª Vara Federal do Distrito Federal, mas a decisão foi derrubada posteriormente em segunda instância, no Tribunal Regional Federal (TRF-1), em Brasília.

Os dados da ANP, contudo, mostram que os preços para o consumidor final também foram pressionados, embora em menor proporção, por outros fatores, como a política de reajustes da Petrobras e o aumento na margem de comercialização dos postos.

Em função do aumento do preço do barril na reta final da semana passada, a estatal aplicou quatro aumentos seguidos, entre os dias 25 e 29. No acumulado da semana, houve um reajuste de 3,9% nos preços da gasolina praticados pela petroleira nas refinarias.

Já a margem média de comercialização dos revendedores (a diferença entre o preço final ao consumidor e o preço pago pelos postos às distribuidoras) subiu 33,5%, para R\$ 0,637 o litro - o equivalente a 17% do preço pago pelo consumidor. Para efeitos de comparação, na semana anterior esse percentual era de 13,8%.

"Houve na semana passada uma conjunção de fatores, com um aumento dos impostos justamente num momento em que o barril do petróleo começou a subir e a Petrobras teve de reajustar seus preços nas refinarias", explica o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires, que não acredita numa tendência de aumentos significativos na cotação do petróleo até o final do ano.

Segundo a ANP, a maior inflação nos preços finais da gasolina foi registrada na região Sul (10,08%), seguida do Centro-Oeste (9,85%). Os Estados que

registraram maiores altas foram Mato Grosso do Sul (11,96%), Rio Grande do Norte (11,39%) e Distrito Federal (11,22%), enquanto aqueles que menos sentiram os efeitos foram o Amazonas (2,02%) e Alagoas (3,76%).

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo (Sincopetro), José Alberto Paiva Gouveia, explicou que as políticas de preços variam de posto para posto, mas que, em geral, não vê espaço hoje nem para descontos que compensem o aumento dos impostos, nem para aumentos expressivos nas margens.

Ele destacou, ainda, que o aumento da carga tributária deve se refletir sobre o consumo e prejudicar a trajetória de recuperação nas vendas de combustíveis no ciclo Otto (cujos motores rodam a gasolina e/ou etanol), que acumulam uma alta de 1,42% entre janeiro e maio. "Pode ser que essa recuperação pare a partir de agora", disse Gouveia.

Donos de postos programam para hoje um protesto contra o aumento da carga tributária em todo o país. A ideia é que sejam espalhados pelos postos cartazes com os dizeres "Aumentar impostos sobre os combustíveis não é a solução! Basta!".

Além da gasolina, a ANP registrou também um aumento intenso nos preços do etanol hidratado nas bombas, de 8,8% na semana passada - a maior variação semanal desde o período entre 4 e 10 de outubro de 2015 (8,98%). No caso do diesel, houve uma alta de 4,7%, a maior alta desde a semana de 1º a 7 de fevereiro de 2015.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Consumo de energia elétrica no país aumenta 1,1% em junho

O consumo de energia no Brasil em junho totalizou 37.816 gigawatts-hora (GWh), volume 1,1% superior em relação a junho do ano passado. No primeiro semestre do ano, o consumo é 0,4% maior que o observado entre janeiro e junho de 2016, de acordo com dados divulgados ontem pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Com relação ao setor industrial, o consumo de energia em junho, de 13.770 GWh ficou em linha com o observado em igual período do ano passado. A EPE, contudo, destaca que junho de 2017 teve um dia útil a menos que igual mês de 2016.

Segundo a estatal de estudos energéticos, o consumo do setor residencial em junho, de 10.846 GWh, foi 2,2% superior em relação a igual mês do ano

passado. O crescimento modesto, destacou a EPE, deve-se à falta de segurança do consumidor com relação à melhora do ambiente econômico.

Na mesma comparação, o setor comercial também apresentou alta, de 1,5%, totalizando consumo de 6.948 GWh, em junho de 2017. Segundo a EPE, o resultado é um conjunto de fatores como as condições climáticas, a melhora em indicadores econômicos e um ligeiro crescimento das concessões de crédito.

Na comparação, entre o primeiro semestre de 2017 e igual período do ano passado, porém, o setor comercial foi o único que apresentou queda no consumo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: TPG oferece R\$ 1,8 bi por ativos da Abengoa

A espanhola Abengoa, que está em recuperação judicial no Brasil desde janeiro do ano passado, conseguiu assegurar uma oferta firme do fundo americano TPG (Texas Pacific Group) pelas sua sete linhas de transmissão em operação, que avalia os ativos em quase R\$ 1,8 bilhão, incluindo dívidas. Além de fortalecer a empresa para o leilão judicial, a oferta tem o potencial de reduzir o problema da transmissora de forma significativa.

Pelas linhas de transmissão, que somam 3.500 quilômetros, o TPG aceitou pagar R\$ 465 milhões, sendo R\$ 400 milhões na partida e outros R\$ 65 milhões posteriormente, além de assumir R\$ 1,3 bilhão em dívida. Com isso, restarão na recuperação judicial R\$ 1,8 bilhão em dívidas - sendo uma parcela grande de contratos referentes às linhas ainda em construção com fornecedores.

O **Valor** apurou com fontes próximas da situação que a ideia é utilizar a oferta do TPG para balizar outras que sejam apresentadas no leilão judicial da companhia. A proposta do fundo vai funcionar como um "stalking horse", expressão usada para descrever o investidor que faz a primeira oferta e tem o direito de cobrir eventuais novas propostas no leilão, se assim o desejar.

Com a proposta firme em mãos, os advogados da Abengoa devem ajuizar ainda nesta semana uma versão atualizada do plano de recuperação judicial da companhia. A assembleia de credores foi suspensa em 13 de junho e será retomada em agosto. Isso foi feito justamente para que a companhia tivesse tempo de avançar nas negociações dos ativos operacionais e pudesse apresentar um plano com uma oferta.

As sete linhas de transmissão em operação somam receita anual permitida (RAP) de R\$ 476 milhões. Como a Abengoa não tem 100% de todas elas, a receita proporcional dos ativos é de cerca de R\$ 267 milhões. Foram investidos R\$ 4,9 bilhões na construção dos ativos.

Além do TPG, a Abengoa chegou a negociar os ativos operacionais com outros investidores, como a chinesa State Grid, a Equatorial em uma parceria com o BTG Pactual, e a Taesa. A expectativa dos envolvidos é de que o leilão judicial das linhas de transmissão terá outros interessados.

O TPG tem, atualmente, mais de US\$ 73 bilhões sob gestão. No Brasil, a gestora chegou a ter uma fatia significativa da Rumo, mas vem reduzindo a presença no país.

Enquanto o recebimento de uma oferta firme pelos operacionais é um marco importante no processo de recuperação judicial da Abengoa, a companhia tem também outras nove linhas de transmissão em construção, que são alvo de uma disputa com o governo e com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e a concessão do Hospital da Zona Norte de Manaus, uma parceria público-privada (PPP) feita pelo Estado do Amazonas.

O governo vem tentando declarar a caducidade das nove linhas em construção, cujas obras estão paralisadas desde novembro de 2015 e envolvem linhas de transmissão importantes para o país, com o escoamento da energia da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA) para o Nordeste.

Na semana passada, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) proferiu uma decisão que permitiu que a Aneel retomasse o processo de caducidade desses ativos. A 5ª Vara Empresarial do Rio, onde corre a recuperação judicial da empresa, tinha concedido uma decisão em dezembro do ano passado obrigando a Aneel a suspender os processos de caducidade das linhas de transmissão, e também a informar novas receitas e prazos para as obras.

A Abengoa ajuizou no domingo um recurso questionando a decisão do TJRJ, alegando que este tribunal foi "induzido a erro" pelo regulador, pois as decisões anteriores haviam sido embasadas ainda por pareceres contundentes do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Ministério Público Federal, além de estarem em "sintonia" com um parecer proferido pela Advocacia-Geral da União (AGU).

A ideia da Abengoa é relicitatar os ativos dentro da recuperação judicial, em um leilão seguindo os moldes dos leilões organizados pela própria Aneel. Assim, seriam mantidos contratos com fornecedores e credores atuais dos ativos. Além

disso, os investimentos já feitos nos linhões, de cerca de R\$ 1,5 bilhão, serão aproveitados.

Na quinta-feira da semana passada, a diretoria colegiada da Aneel recomendou, em reunião extraordinária, que governo retome o processo de cassação das linhas da Abengoa não operacionais. A agência reguladora ratificou essa decisão ontem. "A Aneel fez todo o esforço para que houvesse uma solução de mercado, com a transferência de controle e a continuidade dos contratos de concessão", disse Romeu Rufino, diretor-geral da Aneel. Segundo ele, a recomendação de caducidade da concessão é o caminho natural para os casos de "claro e persistente" descumprimento dos contratos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt

Título: Aneel considera aumento de outorga de usinas da Cemig

O aumento da cobrança do bônus de outorga no leilão de concessão das antigas usinas da Cemig poderá ser a estratégia do governo para reduzir a remuneração dos novos concessionários, informou ontem o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino. A agência, no entanto, aguardará a posição final dos ministérios de Minas e Energia e do Planejamento para aprovar o edital.

A necessidade de mudança na remuneração das hidrelétricas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande surgiu para atender determinação feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O órgão concluiu que era preciso reduzir a taxa de retorno dos empreendimentos por se tratar de usinas já construídas, que não contariam mais com risco de licenciamento e de engenharia.

Rufino ressaltou que a Aneel ainda não recebeu a orientação sobre a forma de ajuste na remuneração das usinas. Ele disse que, a rigor, os ministérios poderiam até optar por apresentar um recurso ao tribunal para contestar a determinação. A taxa de retorno foi fixada em 8,08% ao ano, pelo custo ponderado de capital.

"Acredito que esse efeito [da decisão do TCU] se dará na bonificação", afirmou Rufino, após reunião da diretoria. Em vez de aumentar o bônus de outorga, o governo poderia optar por reduzir a remuneração dos empreendimentos com um corte no custo da energia a ser produzida ao longo dos 30 anos da concessão.

Nas diretrizes do leilão, ficou estabelecido que 70% da energia vão para as distribuidoras a R\$ 137,60 por Megawatt-hora (MWh). Os 30% restantes serão comercializados no mercado livre, voltado para a demanda dos grandes consumidores.

A Aneel planejava aprovar o edital ontem, com um bônus de outorga inicial de R\$ 11,055 bilhões. Este valor poderia aumentar com o acirramento da disputa durante o leilão, pois os lotes serão arrematados pelas empresas do setor que oferecerem o maior valor de bônus.

A equipe econômica do governo conta com esse adicional de receita para cumprir a meta fiscal de 2017. O leilão foi marcado inicialmente para o dia 22 de setembro. O edital precisa sair com um mês de antecedência da data de realização do certame. O pagamento à vista do bônus de outorga será a principal exigência para assinar os contratos, o que deve ocorrer no mês seguinte à licitação.

A Cemig ainda insiste em tentar barrar o leilão na Justiça ou costurar um acordo com o governo federal para seguir operando as usinas. O caso está sendo tratado pelas mais altas cortes do Judiciário, como o Supremo Tribunal Federal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha

Título: Minério tem alta de 13,5% em julho

Com uma alta de 7,2% no último dia do mês, o minério de ferro encerrou julho com valorização de 13,47%, no maior valor desde 11 de abril. A commodity com teor médio de 62% de ferro terminou o período negociada a US\$ 73,70 a tonelada no porto chinês de Qingdao, segundo números da "Metal Bulletin". A retomada da demanda chinesa, sustentada por indicadores de produção industrial e de construção, puxou momentaneamente os preços para cima, ainda que a expectativa seja de nova queda.

O indicador da atividade industrial chinesa (PMI) registrou em julho o 12º mês consecutivo de expansão, a 51,4 - acima de 50, o número mostra atividade no território positivo.

"O anúncio da redução da meta de produção da mineradora Rio Tinto e os dados de siderurgia e construção na China, com o PMI, são o que explicam essa alta recente", destaca Felipe Beraldi, analista da Tendências Consultoria. "O que ocorreu no último mês é que a especulação tem se tornado mais aguda."

Na semana passada, as três principais mineradoras do mundo - BHP, Vale e Rio Tinto - anunciaram seus dados de produção até junho, com a Rio Tinto colocando suas projeções de produção de minério de ferro para 2017 em 330 milhões de toneladas, no nível inferior à meta indicada no início do ano.

Beraldi defende que, para o segundo semestre, apesar das altas recentes, os preços devem retomar aos níveis do início de junho, entre US\$ 50 e US\$ 55 a tonelada. "Continuamos apostando na desaceleração da demanda chinesa, com as autoridades adotando uma postura cautelosa", diz o analista da Tendências.

"Além disso, temos o aumento da produção, com destaque para a Vale", acrescenta a consultoria O projeto S11D da brasileira, ainda em fase de avanço, é o maior da companhia em minério de ferro, com previsão de produzir 90 milhões de toneladas anuais.

Outra instituição que estima recuo nas cotações do minério é o Goldman Sachs, mesmo que com uma visão ligeiramente mais positiva. Em análise recente, o banco apontou que o preço deve recuar para o patamar de US\$ 60 a tonelada até o fim de 2017.

Em 2018, a expectativa do Goldman Sachs é de US\$ 55 a tonelada no primeiro semestre e US\$ 50 na segunda metade do ano, com expectativa de forte avanço na oferta e uma desaceleração liderada pela China da expansão da demanda por aço.

"Em nossa opinião, a força nos preços do minério de ferro provavelmente continuará no curto prazo, uma vez que as fortes demandas chinesas de aço e minério de ferro para infraestrutura e mercado imobiliário são complementadas por um sólido crescimento na atividade global para além daquele país", afirmou o time de analistas do Goldman, em relatório.

Outros metais também registraram forte valorização recente, influenciados pela demanda da China. Ontem, o cobre atingiu sua maior cotação desde maio de 2015 na London Metal Exchange (LME), a US\$ 6.347 a tonelada, avançando 7,4% em julho.

"O cobre está ainda mais ligado à construção chinesa. Esse aumento muito forte tem relação com os números da China. O desempenho de produção não deve ser sustentável no médio prazo", defende Beraldi. Outro metal citado pelo analista da Tendências em que a China tem forte peso é o alumínio, que encerrou estável em julho, a US\$ 1.904 a tonelada, mas já subiu 11% no ano.

Com valorização abaixo do minério de ferro, o petróleo também encerrou julho em alta. Os contratos de outubro para o WTI terminaram julho com aumento de 8,58%, a 50,26 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex). Na ICE

Futures Exchange, em Londres, o barril do Brent para o mesmo mês subiu 8,1%, para 52,72. Foi beneficiado pela redução dos estoques da commodity nos Estados Unidos.

As duas cotações foram as maiores desde o fim de maio, quando o preço recuou diante das dúvidas sobre a eficácia dos cortes prometidos pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Etanol tende a ganhar competitividade nos postos

Em uma semana de idas e vindas envolvendo as novas alíquotas de PIS e Cofins sobre os combustíveis, os preços do etanol hidratado (usado diretamente nos tanques) subiram na maior parte das bombas do país, mas em geral em um ritmo menor que o das altas da gasolina.

O biocombustível ficou mais caro em 24 Estados e no Distrito Federal entre 23 e 29 de julho na comparação com a semana anterior e só caiu em um, Roraima, conforme a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Não houve levantamento no Amapá.

Em 20 Estados, os preços da gasolina subiram mais. Já nos Estados que concentram a maior parte do consumo de biocombustível, os preços do etanol tiveram altas maiores, mas a relação entre os preços de cada um ainda apontou vantagem para o biocombustível.

Foi o caso de São Paulo e Mato Grosso, Estados em que o preço do etanol subiu com mais força, mas continuou abaixo do patamar de 70% do valor da gasolina, referência de vantagem econômica ao biocombustível. Nos postos paulistas, o preço do etanol subiu 10,9% em apenas uma semana, para R\$ 2,381 o litro. Ainda assim, esse valor representou 67,8% do da gasolina.

Os movimentos ainda não refletiram a última alteração da alíquota de PIS/Cofins sobre o etanol, que foi reduzida em R\$ 0,0855 o litro na sexta-feira após a elevação das tarifas pelo governo, que chegou a ser suspensa judicialmente no meio da semana. No fim das contas, a elevação da alíquota sobre o etanol passou a R\$ 0,24 o litro, e não a R\$ 0,32 o litro.

Para Elizabeth Farina, presidente da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), essa última correção devolve parte da competitividade do etanol, mas não recompõe a perda que o setor teve no início do ano. Em janeiro, expirou a

isenção do PIS/Cofins sobre o etanol, e voltou a valer uma alíquota de R\$ 0,12 o litro.

A expectativa é que a relação entre os preços do etanol e da gasolina fique ainda mais vantajosa para o biocombustível na bomba, disse Tarcilo Rodrigues, presidente da comercializadora Bioagência. "Isso vai trazer mais demanda no curto prazo. Até porque o orçamento do consumidor está limitado". Ele acredita que a demanda doméstica possa se aproximar dos 1,2 bilhão de litros de etanol por mês entre julho e agosto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Daniela Meibak e Silvia Rosa

Título: Oferta de debêntures da Petrobras contará com R\$ 4 bi em garantia firme

A emissão de R\$ 5 bilhões em debêntures da Petrobras terá quatro séries, sendo R\$ 4 bilhões colocados por meio de garantia firme dada pelos coordenadores da oferta e R\$ 1 bilhão por meio de melhores esforços, segundo ata de reunião da companhia.

As debêntures da primeira e da segunda séries serão de papéis incentivados, emitidos por meio da Lei 12.431, que oferecem benefício fiscal para investidores pessoas físicas.

A primeira série, de cinco anos, terá remuneração máxima equivalente à NTN-B com vencimento em 2022. Os papéis da segunda série, com vencimento em sete anos, terão retorno equivalente à NTN-B 2024 mais taxa máxima de 0,3% ao ano.

Já a terceira série, com vencimento em cinco anos, sairá com taxa máxima de 110,25% do CDI, enquanto a quarta série, que tem prazo de vencimento de sete anos, terá remuneração de NTN-B 2024 mais taxa máxima de 0,90% ao ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

GSF deve custar R\$ 31,1 bi

O déficit hídrico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) deve custar R\$ 31,1 bilhões ao setor elétrico neste ano, sendo R\$ 21 bilhões nos contratos do

mercado regulado e R\$ 10,1 bilhões nos contratos do ambiente de contratação livre, de acordo com projeções da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) informadas ontem. O preço de liquidação das diferenças (PLD, preço referência do mercado de curto prazo de energia) médio projetado para o restante do ano no submercado Sudeste/Centro-Oeste é de R\$ 289 por megawatt-hora (MWh), já considerando com a redução na projeção de carga deste ano em 300 megawatts (MW) médios para o período de setembro a dezembro. Na semana passada, a CCEE fixou o PLD em todo o país em R\$ 514,66 por MWh. Segundo a CCEE, os preços devem sofrer reduções graduais até o fim do ano, ficando abaixo de R\$ 400/MWh em setembro e outubro e em torno de R\$ 300 por MWh em novembro e dezembro.

EDP Espírito Santo

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem o aumento médio de 9,34% das tarifas da distribuidora Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (EDP Espírito Santo), concessionária controlada pela EDP Energias do Brasil. O reajuste na conta de luz dos consumidores da distribuidora entrará em vigor na próxima segunda-feira. A Escelsa atende a 1,5 milhão de unidades consumidoras do Estado do Espírito Santo.

Cepa tem reajuste

A Aneel também aprovou ontem o aumento médio de 7,19% das tarifas das Centrais Elétricas do Pará (Celpa), subsidiária da Equatorial Energia, pelo reajuste tarifário anual de 2017. As novas tarifas valerão por 12 meses a partir de segunda-feira para 2,5 milhões de unidades consumidoras de 144 municípios do Pará. Os consumidores industriais e de estabelecimentos comerciais de grande porte (alta tensão) terão o custo da energia elevado em 11,22%. Já os consumidores residenciais e de pequenos comércios (baixa tensão) ficarão com as contas de luz mais caras em 5,86%.

MME / ASCOM